

# **A PRÁTICA DE SELEÇÃO DE ALUNOS/AS E A ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

CARVALHO, Rodrigo Saballa de – UFRGS – rsaballa@terra.com.br

GT: Educação de Criança de 0 a 6 anos / n.07

Agência Financiadora: Sem Financiamento

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho aborda parte dos resultados obtidos em uma pesquisa de Mestrado, de inspiração etnográfica, que, a partir dos Estudos Culturais em Educação e das contribuições dos Estudos desenvolvidos por Michel Foucault, procurou discutir e problematizar práticas escolares e o disciplinamento que estas operam nos corpos de crianças de uma Escola Municipal de Educação Infantil. Nessa perspectiva, tal empreendimento analítico considerou os indivíduos escolares sendo engendrados pela ação do poder e possibilitou a tematização das práticas escolares e de sua produtividade enquanto instâncias disciplinares, exercitando a compreensão das relações de poder, dos movimentos de resistência e da pluralidade de sujeitos que (re)significam o espaço escolar. Reconhecendo que os estabelecimentos de Educação Infantil encontraram-se (e encontram-se) implicados nos processos de objetivação e subjetivação dos indivíduos, através de pressupostos modernos que têm o intuito de regular a conduta humana, a partir do que vemos e pensamos nós próprios e os outros, procurarei problematizar a prática escolar de seleção de alunos/as e a organização das turmas na Educação Infantil. A partir de tal discussão, inspirado nos estudos foucaultianos, analisarei os aspectos disciplinares a partir da ênfase pedagógica em que o disciplinamento visa, sobretudo, à normalização de certos comportamentos. Nessa perspectiva, no decorrer do trabalho, pretendo discutir a prática de seleção de crianças, assim como os efeitos desse procedimento enquanto prática escolar que incide no disciplinamento dos corpos infantis. Procurarei destacar a “produção” das crianças e de suas capacidades, através da análise dos efeitos da prática de seleção enquanto mecanismo disciplinar, como poderá ser acompanhado através do processo seletivo de Aírton<sup>1</sup>, que será discutido na próxima seção.

---

<sup>1</sup> Os nomes que forem utilizados durante o trabalho para se referir às crianças participantes da pesquisa serão todos fictícios.

## A SELEÇÃO DE AÍRTON

O Aírton é aluno novo; veio encaminhado pelo Conselho Tutelar. A maioria das informações que obtive sobre a história de vida dele ocorreu através da anamnese inicial com a família. Ele é o único desconhecido das crianças da turma, pois os outros estão juntos desde os dois anos de idade. O menino é muito agressivo; o pai está cumprindo pena no Presídio Central por homicídio. Ele é muito agressivo comigo e com os colegas. É difícil conseguir que ele realize alguma tarefa. Nos últimos meses, ele tem apresentado um comportamento exagerado em relação à exibição da genitália. Já conversei com a mãe para entender o que pode ter desencadeado isso, mas ela relatou que não está acontecendo nada de diferente em casa. Tenho observado o comportamento do Aírton no pátio e cuidado para ele não se machucar, pois ele é doente. Fiquei muito chateada, quando, no momento da anamnese, a mãe relatou que ela e seu filho são soropositivos (Diário de Campo – transcrição de diálogo, 11/07/03).

A partir da leitura do excerto, é possível dizer que a descrição, o trabalho explícito da linguagem possibilita e autoriza o processo de transformação das características observadas na criança em um caso. Nesse sentido, acompanho Foucault (2004, p.126) quando assegura que descrever “*é ver e saber* ao mesmo tempo, porque, dizendo o que se vê, o integramos espontaneamente ao saber; é também ensinar a ver, na medida em que é dar a chave a uma linguagem que domina o visível”. À medida que Aírton é descrito, segue-se certa ordenação de suas “características” pessoais e familiares, assim como dos acontecimentos que têm “marcado” a sua vida na escola e em casa. Tal descrição objetiva o menino à medida que classifica, hierarquiza e diferencia, tornando o mesmo um indivíduo operacionalizável e calculável, ensinando aos/às professores/as, às/aos mães/pais e às próprias crianças quem é o menino, de quais qualidades e características é dotado, por qual processo deve passar para finalmente se transformar no sujeito “normal” requerido pela instituição.

Nesta perspectiva, é importante retomar o excerto no momento em que a professora ressalta que a maioria das informações que obtive de Aírton surgiram da anamnese inicial com a família. Desse modo, destaco que, para a instituição tornar o menino objeto de conhecimento, foi preciso inicialmente “conhecer” a sua história de vida através de tal prática. A anamnese colabora com a produção de saberes sobre o menino à medida que possibilita e estimula a elaboração de meios teóricos precisos para compreendê-lo. Assim, acompanho Narodowski (2001) quando assegura que as escolas, devido à vontade de controle que têm sobre os processos escolares, respaldam-se em discursos pedagógicos que validam as práticas referentes à atuação com as crianças. Saliento, portanto, que a mãe de Aírton, ao candidatar seu filho a uma vaga na Escola

Infantil, participou de um processo seletivo com a professora responsável pela turma. Esse processo foi constituído (entre outros critérios estabelecidos pela mantenedora) por entrevistas que abordaram questões referentes às condições sócio-econômicas da família, ambiente familiar, comportamento e saúde da criança. O menino (candidato com cinco anos de idade) realizou uma entrevista (com questões referentes a dados da família e preferências pessoais) e dois “testes” concomitantes de desenho, para que fosse escolhida uma turma “adequada” ao seu “perfil”. Sendo assim, torna-se importante salientar o relato da professora em relação à organização das turmas.

Após o término das entrevistas, nós realizamos uma reunião para organizar as turmas, levando em consideração os dados que conseguimos sobre as crianças candidatas e suas famílias. Vou citar um exemplo que vai ser mais fácil de você entender: No caso da turma do Pré A, que você vai acompanhar neste semestre, as crianças estão juntas desde os dois anos de idade. No momento em que foram realizadas as anamneses, as professoras [responsáveis pela seleção] observaram que as crianças e suas famílias apresentavam muitos problemas, por isso decidimos deixar todos em uma única turma. Dessa forma, a equipe diretiva, todos os anos, já sabia qual professora tinha o perfil para receber o desafio de trabalhar com esse grupo. Também é importante dizer que conseguimos apoio do serviço social, serviço de saúde e psicologia para o acompanhamento das famílias da turma. Caso as crianças tivessem ficado em turmas diferentes, não conseguiríamos todo esse apoio de profissionais especializados e ainda teríamos mais dificuldade em educá-las. Por isso, logo que realizei a entrevista com o Airton, já soube que ele tinha o “perfil” do Pré A (Diário de Campo – transcrição de diálogo, 11/07/03).

A leitura do relato da docente possibilita observar que as crianças passam a ser individualizadas. Nesse sentido, enfatizo que, a partir das entrevistas, é realizada, na instituição de educação infantil, a organização de um sistema de registro permanente que acompanhará a vida escolar da criança. Por outro lado, destaco o investimento da instituição na produção pedagógica da criança-escolar, sendo possível dizer que tal criança resulta da articulação dos discursos que a nomeiam e das práticas institucionalizadas que a capturam. Dessa forma, concordo com Larrosa (1994, p.52) quando afirma que “é no momento em que se objetivam certos aspectos do humano que se torna possível a manipulação técnica institucionalizada dos indivíduos”, pois é na articulação entre poder e saber que se produz a criança-escolar.

Nesse aspecto, tais discussões possibilitam dizer que as crianças, na instituição escolar, passam por um processo que as torna objeto de conhecimento, que as individualiza, descreve e documenta, através do processo de entrevistas e testes de desenho. Este processo poderá ser observado no decorrer da próxima seção.

## ANAMNESE FATAL

As entrevistas iniciais, realizadas de forma “natural” nas instituições de educação infantil, podem ser compreendidas como práticas de exame. Nesse sentido, ressalto que a anamnese se aproxima das considerações enunciadas por Foucault (1987, p.156) a respeito do exame quando afirma que o mesmo “supõe um mecanismo que liga certo tipo de formação de saber a certa forma de exercício do poder”. Portanto, o poder disciplinar, à proporção que produz saberes sobre as crianças e suas famílias, confere visibilidade às mesmas. Assim, pode-se dizer que os registros realizados através da prática da anamnese “qualificam” o processo de ensino-aprendizagem e estabelecem uma conexão entre o interior e o exterior da instituição, pois, ao mesmo tempo em que servem de informação para as pessoas que trabalham diretamente com as crianças, podem ser utilizados como documentos para encaminhamentos a outros/as especialistas. Justifica-se, dessa forma, a importância de ressaltar que o conhecimento produzido sobre as crianças através da elaboração desses documentos é contínuo, pois se renova a cada novo registro, possibilitando um acúmulo de informações a respeito dos indivíduos sobre os quais se refere. Da mesma forma, tal conhecimento pode ser considerado intercambiável, pois, a cada ano letivo, uma nova professora recebe os registros com informações precisas a respeito do grupo no qual irá atuar.

E é justamente a partir de todos esses ditos que considero importante apresentar as etapas da entrevista que compõem a prática de anamnese na instituição de educação infantil em que foi realizada a pesquisa. O primeiro dia de seleção é destinado à entrevista com as famílias, quase sempre representadas pelas mães das crianças, conforme relato da docente. A referida entrevista aborda questões a respeito ao ambiente familiar, saúde e comportamento geral da criança. As perguntas e a transcrição das respostas dos/as informantes são realizadas pela professora. Neste sentido, retomo as discussões propostas por Narodowski (2001) a respeito da produtividade dos/das inventários/entrevistas realizados nas escolas, ao assegurar que os questionamentos realizados nesse processo outorgam critérios considerados válidos com vistas à seleção de informações de interesse do/da pedagogo/a para intervir no processo de ensino-aprendizagem.

No segundo dia, é realizada a entrevista a respeito das preferências pessoais com o/a candidato/a e duas propostas concomitantes de desenho da figura humana e casa. A partir do término das duas instâncias de “seleção” das crianças, é realizada uma

reunião com as professoras e equipe diretiva, para leitura, discussão, organização das turmas e escrita do perfil das mesmas. Levando em consideração as discussões empreendidas até este momento a respeito da anamnese enquanto prática de exame que confere visibilidade aos/as ingressantes na educação infantil e suas respectivas famílias, considero importante discutir algumas questões que fizeram parte do processo “seletivo” do menino Aírton. Problematizo tais questões no intuito de destacar a articulação entre as temáticas propostas e a “produção” de saberes sobre o candidato.

O conjunto de questões a respeito do ambiente familiar do candidato procura a “essência” da criança na história da família, ou seja, uma “verdade” que possa servir de subsídio para suas ações, tendo em vista o disciplinamento dos corpos. Pode-se dizer, portanto, que a instituição de educação infantil procura “converter” as crianças e famílias à sua “verdade”, através da operacionalização de estratégias disciplinares. Portanto, a “verdade” da instituição de educação infantil é produzida através de discursos que a legitimam e viabilizam a ação do poder de narrar às crianças e suas respectivas famílias.

O repertório de questões sobre o ambiente familiar das crianças procura obter informações a respeito da questão conjugal, do comportamento da criança no lar e de algumas formas como os pais intervêm em seu cotidiano. Por outro lado, ressalto que algumas questões, além de inquirir a respeito da temática proposta (ambiente familiar), “sugerem” e, de certa forma, “ensinam” ações que “devem” ser realizadas pelas famílias.

Assim, é interessante destacar algumas questões que corroboram com as considerações referidas anteriormente: Com que frequência a criança ouve história? Qual é o período do dia reservado para assistir televisão? Qual é o período do dia em que os pais brincam com a criança? Tais questionamentos, ao enunciarem suas “verdades”, podem ensinar que as famílias devem contar histórias para as crianças, brincar com elas, assim como definir um período para que as mesmas assistam televisão. À medida que essas perguntas são realizadas, elas passam a atuar sobre o comportamento dos indivíduos informantes, procurando “formar”, “dirigir”, “modificar” sua maneira de conduzir a educação das crianças, inscrevendo-os em estratégias de conjunto que visam ao disciplinamento dos corpos. Esses diferentes questionamentos são, portanto, um exercício de poder que estabelece todo um modo de saber, inventando uma família diante da qual classificam e normalizam os pais/as mães dos/as candidatos/as.

Por outro lado, é possível dizer que o conjunto de questões a respeito da saúde do candidato evidencia a vontade de saber da instituição de educação infantil em relação à saúde/doença e aos cuidados do indivíduo em questão. Dessa forma, todas as informações a respeito do histórico de saúde da criança passam a ser coletadas, descritas e organizadas, de forma que os fenômenos biológicos do corpo infantil possam tornar-se “conhecidos”. Os questionamentos interrogam a família a respeito das condições de saúde da criança, operacionalizando um processo de individualização e constituem um campo documental. É relevante destacar que as questões referentes à saúde da criança permitem um controle exato e funcional do corpo infantil. Nesse sentido, destaco as seguintes questões: A criança já foi hospitalizada? Costuma adoecer facilmente? Tem algum problema de saúde? É dependente de algum medicamento? É alérgica a algum alimento? Tais questionamentos evidenciam a preocupação da instituição em conhecer a criança no detalhe em relação aos aspectos referentes à sua saúde, no intuito de “qualificar” o atendimento, prevenindo possíveis contratemplos que possam interromper a organização institucional. Diante disso, à medida que ocorre uma descrição minuciosa das condições de saúde da criança, esta passa a ser diferenciada das demais, tornando-se objeto de conhecimento. Trago tais considerações com a intenção de destacar que, no momento em que a mãe entrevistada “revela” para professora que seu filho é HIV positivo, o mesmo passa a ser posicionado de forma diferenciada em relação às outras crianças da turma que ele irá frequentar. Sendo assim, retomo o excerto apresentado na abertura da segunda seção deste trabalho, referente aos comentários da professora em relação ao menino, quando a mesma relata: “Tenho observado o comportamento do Airton no pátio e cuidado para ele não se machucar, pois ele é doente. Fiquei muito chateada quando, no momento da anamnese, a mãe relatou que ela e seu filho são soropositivos”. Pode-se dizer, portanto, que, a partir da informação da mãe a respeito da saúde do filho, este passa a ocupar uma determinada posição de sujeito, na qual é descrito como uma criança doente que necessita de cuidados para não se machucar. Dessa forma, à medida que a docente destaca “certas” características a respeito da saúde do menino que permitem a produção de saberes sobre o mesmo, é possível dizer que ela está procurando formas de normalizá-lo.

E é justamente a partir das considerações realizadas a respeito de alguns questionamentos constantes nas fichas de entrevista analisadas que considero importante apresentar a última etapa do processo de anamnese realizado com a mãe, que diz respeito ao comportamento geral do menino. Os questionamentos realizados a

respeito do comportamento do candidato à vaga na escola evidenciam que a instituição reconhece a família enquanto instância de “captura” dos corpos. A observação do corpo infantil, a medida de seus atos, a explicação de suas conquistas, a predição de suas dificuldades passa a ser o elemento “fundamental” da prática pedagógica. Os questionamentos realizados na ficha de entrevista corroboram com a afirmação e possibilitam dizer que para a criança ser “recolhida” pela Pedagogia e submetida ao seu regime epistemológico de observação e análise, tendo em vista a produção de saberes sobre a mesma, é preciso conhecê-la através de sua família.

Dessa forma, é importante destacar a resposta da mãe ao ser questionada a respeito de como era o comportamento do seu filho: “o meu filho é agitado e não se relaciona bem com as outras crianças, pois está acostumado somente com o irmão. Ele tem a cara e o comportamento igual ao do pai dele”. É interessante observar que o menino, ao ter o seu comportamento descrito, é posicionado pela mãe como uma criança agitada que apresenta problemas de relacionamento. Por outro lado, tal comportamento é atribuído de forma naturalizada à semelhança física e emocional que o mesmo tem em relação ao seu pai. Desse modo, é possível destacar que a família pode ser considerada a primeira instância de “captura” dos corpos. Pode-se dizer que, através de práticas familiares, tal como o estabelecimento de semelhanças, são operacionalizados mecanismos individualizantes que marcam sutilmente no corpo sua identidade e seu pertencimento. No entanto, ressalto que os investimentos materiais no corpo não se restringem à família, pois a mesma integra redes de práticas discursivas que se relacionam atuando sobre o mesmo.

Nessa perspectiva, prosseguindo a discussão a respeito das questões realizadas, é interessante salientar a resposta da mãe em relação ao questionamento de como poderia contribuir para o desenvolvimento escolar do seu filho. A entrevistada respondeu que poderia contribuir dizendo para o menino se comportar bem, não brigar e obedecer à professora, evidenciando o caráter público do discurso pedagógico. É possível observar que a mãe conhece as expectativas da escola em relação ao comportamento de seu filho e aos compromissos definidos pela instituição que ela “deve” cumprir enquanto responsável pela criança. Nessa perspectiva, prosseguindo a análise que vem sendo desenvolvida, na próxima seção, será apresentado o processo de (re)conhecimento do menino através das informações que foram obtidas na entrevista individual e nos “testes” de desenho.

## **(RE)CONHECENDO A CRIANÇA**

Através da realização de uma entrevista individual com a criança e duas propostas concomitantes de desenho, a entrevistadora procura (re)conhecer as características que foram atribuídas à mesma na anamnese com a família. Tal processo implica um recorrente disciplinamento, pois define as turmas que as crianças irão freqüentar, estabelecendo estratégias para o controle de seus corpos. Dessa forma, é relevante esclarecer que as turmas são constituídas a partir da observação da entrevistadora a respeito das “características” das crianças e suas famílias, tendo em vista a “qualificação” do atendimento institucional. Através desse processo, o/a pedagogo/a passa a “conhecer” a vida cotidiana, os costumes e o comportamento geral das crianças. Durante o processo de entrevista individual com a criança, a docente “interroga” a mesma a respeito de sua família e realiza o registro minucioso de tudo o que atingiu os seus sentidos enquanto observadora.

Nessa perspectiva, conforme Corazza (2001, p.45), “tem-se uma forma mista do percebido e do falado, da questão e da observação, da pergunta e do visto”. É importante ressaltar que tal “forma mista” do percebido e do falado evidencia-se no processo de entrevista. Os questionamentos realizados pela entrevistadora e as respostas do menino podem ser considerados como sendo o momento falado, enquanto as caracterizações realizadas a respeito do mesmo se constituem no visto, no observado e no percebido. Tais caracterizações atribuídas ao menino, decorrentes do processo de observação da docente e presentes em seus registros, são as seguintes: “não demonstra autonomia, é inseguro, parece viver em extrema carência, terá dificuldades no processo de adaptação”. Pode-se dizer que, através do “percebido e do falado”, Airton é posto em um campo de vigilância e situado igualmente em uma rede de anotações escritas.

Prosseguindo a análise, é interessante retomar os “modos de ver e narrar” o menino, apresentados nas “constatações” da entrevistadora quando afirma que o “candidato não demonstra autonomia e é inseguro”. Tal observação é partilhada com a mãe do menino, quando orientada pela docente a “desenvolver” autonomia em seu filho para que o mesmo não enfrente problemas no processo de adaptação escolar. Nesse sentido, é possível destacar que este processo de adaptação pode ser considerado uma estratégia disciplinar de “preparação” da criança que emigra da família para o novo espaço, que é a escola. Assim, a escola “orienta” as famílias e as crianças em relação às suas regras e funcionamento. Estas orientações, que fazem parte da organização



institucional, podem ser consideradas implicadas em relações de poder, que são tanto menos visíveis quanto mais físicas e materialmente estão presentes.

A partir das considerações desenvolvidas a respeito da entrevista individual, torna-se relevante problematizar os testes de desenho (figura humana e casa), que fazem parte do processo de seleção das crianças. Essas propostas são realizadas em pequenos grupos, sob a orientação, a observação e o registro docente. Ressalto que tais registros realizados pela profissional não se constituem uma análise deliberada de uma falante autônoma a partir de uma intenção avaliativa, mas são produzidos a partir dos discursos dos/das profissionais, da Pedagogia e dos campos que a constituem, como a Psicologia, Medicina, entre outros. Pode-se dizer, portanto, que as “constatações” realizadas em relação aos desenhos irão se constituir em estratégias de poder, que visam o disciplinamento e normalização dos corpos.

Dessa forma, é preciso levar em consideração que as “observações em relação ao candidato durante o desenho”, assim como algumas “constatações da observadora”, que serão discutidas evidenciam a produção e o exercício do poder epistemológico. Conforme Foucault (2003), este é um poder a partir do qual se extraem saberes “dos” e “sobre” os indivíduos. É possível dizer, portanto, que tal saber nasce da observação, da classificação, do registro e da análise dos comportamentos dos indivíduos. Realizando uma aproximação com a análise que vem sendo desenvolvida, ressalto que, à medida que as crianças são observadas, classificadas, registradas e analisadas, a partir da prática de seleção, são produzidos determinados saberes. Através da operacionalização de tal prática, um saber e um sujeito são constituídos, pois essa “vontade de conhecer” a criança em suas particularidades tem relação com a “vontade de governo” que o exercício do poder epistemológico possibilita.

Através dos registros analisados a partir dos testes de desenho, evidenciam-se as posições de orientadora e principalmente de observadora que ocupa a docente durante o processo de seleção das crianças. Enquanto orientadora da proposta, a profissional entrega o material às crianças, controla o tempo, conversa com as mesmas e realiza questionamentos e intervenções nos momentos que considera necessário. Por outro lado, como observadora, procura descrever o percebido durante a realização do desenho pelo candidato, assim como as suas “constatações” enquanto especialista. Dessa forma, percebe-se que a técnica de observação é considerada de forma “natural” como um importante instrumento para a identificação, a descrição e o acompanhamento do comportamento da criança. Pode-se dizer, portanto, que, durante a observação da

criança, a docente evidencia a concepção de que existe uma dita realidade constituída por variados elementos que possui uma existência concreta, aguardando por ser descoberta e reconhecida.

Desse modo, é preciso levar em consideração que os registros de observação da docente, produzidos durante os testes de desenho, também podem ser vistos enquanto constituintes de uma prática documentária que tem o intuito de “ver e dizer” o que se acredita que seja a criança enquanto objeto visível. Nessa perspectiva, concordo com Corazza (2001, p.47) quando assegura que, na escola, “o que a professora observa de visível na criança está enquadrado nas categorias, etapas, níveis, ordens, fixados pelo *a priori* essencial dos enunciados”. Pode-se dizer, portanto, que a correlação entre o visível e o enunciável já está fixada em um *a priori* essencial, ou seja, o que a professora observa em relação ao desenho da criança é fornecido pela configuração conceitual que engendrou a própria proposta. Justifica-se, dessa forma, o registro que consta na ficha analisada de que “o desenho da figura humana de Airton é muito primário para sua idade”, pois se evidencia a tentativa da especialista de encontrar na Pedagogia os indicadores técnicos da situação do menino.

Por outro lado, é importante destacar a existência de situações registradas pela docente durante a realização do teste que “escapam” do seu controle. O menino terminou a realização do desenho em dez minutos, “extrapolou” a proposta prevista desenhando, além da figura humana, um leão. Negou-se a pintar o desenho, reclamou que estava cansado e, no final do teste, chorou solicitando a presença da mãe. A partir dessas considerações, é possível dizer que as relações de poder suscitam resistências, fugas presentes nas relações escolares, entre professora/aluno e aluno/professora, delimitando espaços, marcando gestos, constituindo comportamentos entre outras formas de manifestação. Pode-se dizer, portanto, que as relações de poder se operacionalizam num “jogo” de incitamentos, tensões, interditos e enunciados, produzindo saberes e táticas que possibilitam o estabelecimento de novos campos de força e novas relações de poder.

À proporção que se realiza a leitura das “constatações” da professora presentes na ficha de observação do desenho da casa, é possível destacar que o menino é posicionado como uma criança “imatura” que apresenta “desvio de conduta”. Destaco as referidas considerações com a intenção de realizar uma aproximação com as análises desenvolvidas por Foucault (2001) quando discute as noções que se destacavam nos

exames psiquiátricos por ele analisados. Conforme o filósofo, as noções que se repetiam nos exames podem ser encontradas em toda uma série de textos:

“imaturidade psicológica”, “personalidade pouco estruturada”, “má apreciação do real”. Tudo isso são expressões que encontrei efetivamente nestes exames: “profundo desequilíbrio afetivo”, “sérios distúrbios emocionais”. Ou ainda: “compensação”, “produção imaginária”, “manifestação de um orgulho perverso”, “jogo perverso”, “erotrastismo”, “alcebiadismo”, “donjuanismo”, “bovarismo”, etc. Ora que função tem esse conjunto de noções? (p. 20).

Dessa forma, conforme o autor, tais noções servem para repetir a infração, definindo-a como um traço individual. Por outro lado, na análise que vem sendo desenvolvida, é possível pensar que as noções de “imaturidade” e de “desvio de conduta” servem para reiterar uma posição de sujeito, que passa a ser definida como uma característica individual. Sendo assim, tais noções podem ser compreendidas como “qualificações morais” que individualizam e singularizam a criança, tornando-a visível. É o fato de o menino ser visto sem cessar que o mantém sujeito à disciplina. Nessa perspectiva, o conjunto de entrevistas e testes de desenho faz surgir elementos que podem ser considerados como possíveis causadores de futuras atitudes indesejadas pela escola e pela família. Tal análise, considerando as diferenças de objeto de estudo e tempo em que a mesma foi realizada, pode ser aproximada das discussões desenvolvidas por Foucault (2001) quando salienta que o exame é constituído como um instrumento que “denuncia” como o indivíduo já se parecia com seu “crime” antes mesmo de cometê-lo, ou seja, tal operador disciplinar age como forma de conhecimento para a prevenção de futuras “faltas”, “infrações” que possam ser cometidas.

Nessa perspectiva, é interessante ressaltar que o registro referente à observação da docente evidencia que a instituição de educação infantil é “examinadora”, pois atribui a cada criança como estatuto a sua própria individualidade. Tal processo de exame contínuo, que supõe a extração de saberes das crianças, torna possível o desenvolvimento da própria Pedagogia. Nesse sentido, concordo com Varela (1996, p.86) quando afirma que os exames (aqui incluo o processo de seleção das crianças, entre outras práticas) “não avaliam apenas as aprendizagens e a formação que recebem os escolares, como [também] conferem a cada estudante uma natureza específica”, ou seja, convertem-no em um sujeito individual.

Através das observações analisadas, é possível dizer que existe uma “produção” de indivíduos, baseada em um processo de individualização máxima, que

busca fixar identidades, definindo a todos e, ao mesmo tempo, a cada um. Dessa forma, acompanho Ratto (2004) quando afirma, em suas análises, que, para a escola, todas as crianças devem tornar-se disciplinadas e, portanto, dóceis e úteis, através do aprendizado de um amplo e complexo conjunto de maneiras de se relacionar consigo, com os outros, com as autoridades, com o espaço e com o tempo. A partir das considerações da autora, pode-se entender o processo de seleção como a primeira etapa de individualização das crianças na instituição, pois tal prática se baseia em saberes e técnicas que estabelecem o que cada um é em meio a um conjunto, fazendo de cada indivíduo “um caso”.

Levando em consideração as análises desenvolvidas, na próxima seção, apresentarei o processo de organização das turmas que ocorreu após a seleção, através das discussões do grupo de professoras e equipe diretiva a respeito da escolha da turma que Airton deveria frequentar, de acordo com o seu “perfil”.

## **O PERFIL DO PRÉ A**

A partir do título da seção, passo a perguntar-me: O que significa ter o “perfil” do Pré A? De que forma foi-se constituindo o “perfil” desta turma? Quais são os “modos de ver e de dizer” que se evidenciam em tal “perfil”? A partir das questões, esclareço que não tenho a pretensão de encontrar respostas, mas de problematizar a organização das turmas, procurando entender o funcionamento dos processos permanentes de disciplinamento dos corpos das crianças e suas famílias, operacionalizados através da seleção. O “perfil da turma” pode ser entendido como uma descrição breve das informações referentes a um grupo de crianças que se encontra na mesma faixa etária, frequentando a escola infantil. É importante esclarecer que os registros que constituem o dito “perfil” não são aleatórios, mas têm critérios que são definidos a partir do “olhar” especializado do/da pedagogo/a, que conflui e se (re)significa com os discursos de outros/as profissionais. Nesse sentido, apresento a seguir a descrição realizada pela docente de algumas crianças que fazem parte da turma para qual o menino Airton foi selecionado:

*Ana:* Pais separados e a família é carente, inclusive a mãe recebe da escola a doação do excedente da alimentação preparada para o lanche das crianças. Ela é atendida uma vez por semana pela enfermeira da SMEP que faz higiene

de sua cabeça para tratar o problema dos piolhos. *Andressa*: Mora com os pais (que trabalham no Galpão de Reciclagem) é bastante agressiva. *Pedro*: Mora com a mãe, pois houve a separação do casal este ano. A mãe procurou a escola ontem, para pedir ajuda, dizendo que o menino está bastante agressivo com ela. Durante o período em que ele está na escola, percebo a dificuldade que o mesmo tem de se relacionar com o grupo. *Leonardo*: Mora com os padrinhos, pois perdeu a mãe ainda bebê. O pai é ausente. Ele apresenta dificuldades em cumprir normas estabelecidas. Muitas vezes, tenta conduzir o grupo e (se possível) as ações da professora também. Tenho muita dificuldade em lidar com ele, principalmente no período de descanso e final da tarde. *Inácio*: Mora com os pais; é bastante agressivo com os colegas na disputa pelo espaço ou brinquedos, tendo dificuldade em desculpar-se com os mesmos (Diário de Campo, 20/08/03).

As crianças descritas (entre outras) e a turma a que elas pertencem, conforme relato da docente, foram constituídas (no Maternal 1) a partir do processo seletivo e das observações de que “as crianças e famílias apresentavam muitos problemas”. A medida tomada para normalizar os/as candidatos/as selecionados/as foi a de constituir uma turma, pois, dessa forma, a instituição conseguiria apoio do “serviço social, serviço de saúde e de psicologia, para o atendimento das crianças e famílias”, assim como (re)significaria suas estratégias disciplinares. Nessa perspectiva, é importante destacar que, para Ewald (2000, p.99), “normalizar é produzir normas, instrumentos de medida e de comparação, regras de juízo”, enquanto norma pode ser definida como “uma medida, uma maneira de produzir medida comum (idem, p. 88)”.

Os critérios de organização da turma podem ser discutidos através das análises de Corazza (2001) quando afirma que foi, a partir da Modernidade, que os efeitos das repetições começaram a delinear os fundamentos de verdade a respeito das crianças. Nesse sentido, é possível perceber que, na seleção que vem sendo analisada, os “efeitos das repetições” presentes nas histórias de vida das famílias e no comportamento das crianças são considerados enquanto “critérios” para constituição das turmas e para o “investimento” no processo de normalização das mesmas. Tal processo de normalização pode ser considerado inclusivo, tendo em vista o investimento que o acompanha em termos de trazer as crianças que apresentam “problemas” para o campo do normal e de manter as consideradas normais dentro dos padrões de normalidade. Nesse sentido, é importante destacar também o caráter econômico da norma porque, ao fixar características, ela age mais racionalmente sobre os indivíduos.

Assim, a partir do momento em que a docente descreve as crianças no perfil da turma, percebe-se a visibilidade que é atribuída aos “desvios” das mesmas, como “carência”, “irritação”, “agressividade”, “dificuldade de cumprir normas, de desculpar-se com os/as colegas, de aceitar limites e de expressão oral”, entre outros. A partir de

tais considerações, é possível realizar uma aproximação com o dito por Ewald (2000, p.111) ao afirmar que “aquilo que a norma torna visível são sempre os desvios, aquilo pelo que nos distinguimos dos outros, ou até de nós mesmos”. Pode-se dizer, portanto, que a norma se operacionaliza através de uma individualização, que se caracteriza por ser comparativa e por não remeter a uma essência. Nessa perspectiva, é interessante ressaltar as discussões desenvolvidas por Ratto (2004) quando afirma que:

no contexto disciplinar, a norma atua sobre o corpo individual especialmente à medida que o liga com outros corpos e produz individualidades através de modos de comparação que estabelecem medidas comuns, regras de julgamento, parâmetros voltados para a formatação minuciosa de todas as individualidades e, ao mesmo tempo, de cada uma delas. A norma funciona principalmente como elo de ligação, de comunicação, entre as várias individualidades produzidas a partir do poder disciplinar (p. 52).

Trago tais considerações com a intenção de destacar que, a partir das contribuições da autora e da análise dos registros da seleção de alunos/as, é possível perceber a articulação da norma e do poder disciplinar à medida que a mesma direciona o que deve ser observado e corrigido na formação das individualidades das crianças e de suas respectivas famílias. Em relação às famílias, observa-se, nos registros, o destaque referente ao estado civil dos pais, constituição familiar e orientações realizadas pela instituição para o atendimento das crianças, as quais expressam a busca de uma “verdade” na história familiar que possa “definir” quem são as crianças da turma. Por outro lado, nas orientações prestadas pela instituição para o acompanhamento e educação das crianças em casa, é possível perceber a tentativa de disciplinar os pais para que os mesmos possam efetivamente colaborar com a escola em relação à “captura” dos/das filhos/as que resistem aos processos disciplinares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, a partir das análises desenvolvidas no decorrer do trabalho, é possível dizer que o processo de seleção das crianças e de organização das turmas enfatiza a dimensão comportamental do disciplinamento em suas implicações moralizantes, objetivando e subjetivando as crianças e famílias no sentido de torná-los conhecidos e, portanto, governados. E é justamente, a partir de todas essas considerações a respeito das análises desenvolvidas no trabalho, que procurei problematizar a lógica disciplinar que movimenta a prática escolar de seleção de alunos/as e a organização das turmas

operacionalizada na escola de educação infantil pesquisada, evidenciando, sobretudo, alguns de seus efeitos. Sendo assim, para finalizar esse trabalho, ousou dizer que, se assumirmos a perspectiva de que as práticas escolares são “produzidas”, é possível desnaturalizá-las, repensá-las, reinventá-las, experimentando outras posições de sujeito, outros modos de agir e de pensar. Como nos ensina Schmid (2002, p. 321), “a arte de viver tem a ver com pessoas e situações concretas [...], mas não é possível pensar [e viver de outro modo], sem o cansativo trabalho de elaboração, sem a paciente elaboração de outras práticas”. Desse modo, considero importante continuarmos atentos às práticas escolares na Educação Infantil, questionando como as mesmas funcionam e nos produzem enquanto sujeitos de uma determinada época.

## REFERÊNCIAS:

CORAZZA, S. M. Olhos de poder sobre o currículo. In: \_\_\_\_\_ *O que quer um currículo?: pesquisas pós-críticas em Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Cap. 2, p. 22-55.

EWALD, F. *Foucault: a norma e o direito*. Portugal: Veja, 2000.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Aula de 8 de janeiro de 1975. In: \_\_\_\_\_. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Cap. 1, p. 3-37.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

\_\_\_\_\_. Ver, saber. In: \_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Cap. 7, p. 117-35.

LARROSA, J. Tecnologia do eu e educação. In: SILVA, T. T. (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Cap. 3, p. 35-86.

RATTO, A. L. S. *Livros de ocorrência: disciplina, normalização e subjetivação*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2004. 322f.

SCHIMD, W. *En busca de un nuevo arte de vivir: la pregunta por el fundamento y la nueva fundamentación de la ética en Foucault*. Valencia, Espanha: PRE-TEXTOS, 2002.

VARELA, J. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, T. T. (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 87-96.

NARODOWSKI, M. *Infância e poder: a conformação da pedagogia moderna*. Tradução de Mustafá Yasbek. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.